

Povos indígenas em isolamento voluntário na fronteira Brasil-Peru: dinâmicas territoriais e ameaças

O Estado do Acre se caracteriza, territorialmente, por uma significativa parcela de sua extensão representada por áreas naturais protegidas, composta por terras indígenas (TIs) e unidades de conservação (UCs), ao longo da faixa de fronteira entre Brasil e Peru. São 5,13 milhões de hectares em UCs, dos quais 30,5% são de Proteção Integral e 69,5% de Uso Sustentável. As TIs ocupam 2,39 milhões de hectares, que correspondem a 14,56% de todo o Estado¹. Nessas terras vivem mais de 40 mil habitantes, nas quais as populações indígenas somam aproximadamente 23 mil pessoas².

Distribuídas em seis municípios³ acreanos existe um conjunto de doze TIs⁴ e um Parque Estadual (PE)⁵. Juntos, somam pouco mais de dois milhões de hectares, ocupados permanentemente e sazonalmente por diferentes povos indígenas em isolamento voluntário e de recente contato, contabilizando entre 600 a mil indígenas, segundo informações da Frente de Proteção Etnoambiental Envira, da FUNAI.

Somados às áreas naturais protegidas da faixa de fronteira do Estado do Acre, os departamentos peruanos de Ucayali e Madre de Dios também compõem um conjunto de áreas com significativa extensão territorial, a fim de manter a integridade física e cultural dos povos indígenas em isolamento voluntário. Elas se distribuem agregando pouco mais de 5,5 milhões de hectares, compostas por quatro reservas territoriais⁶, o Parque Nacional Alto Purús, a Reserva Comunal Purús, a Zona Reservada Sierra del Divisor (ZEE AC, 2006), intercaladas com mais de trinta Comunidades Nativas de vários povos indígenas como Ashaninka, Jaminawa, Amawaka, Huni Kuĩ (Kaxinawá), Madijá e Yine (IBC-SICNA, 2009).

Mesmo separadas pelos limites internacionais, essas áreas formam um complexo **mosaico binacional**, com intrincada trama de territórios indígenas e de comunidades tradicionais, caracterizado por dinâmicas e relações diversas entre seus habitantes, os quais são responsáveis pela proteção e manutenção de uma das regiões mais ricas em sociobiodiversidade do mundo. É nesta região binacional onde forças externas atuam para promover impactos socioambientais diversos, por meio de um “crescimento econômico e regional” pactuado nos acordos bilaterais que visam uma carteira de empreendimentos entre os governos do Brasil e Peru, ameaçando significativamente os povos, especialmente os povos indígenas em isolamento voluntário e seus territórios ao longo da fronteira.

¹ Fonte: Departamento de Áreas Protegidas e Biodiversidade/Secretaria de Estado de Meio Ambiente do (SEMA-AC).

² Fonte: CPI-Acre, 2018; AMAAI-AC, 2018; FUNAI; SEMA-AC; SESAI, 2013.

³ Os municípios são: **1)** Santa Rosa do Purus; **2)** Feijó; **3)** Jordão; **4)** Marechal Thaumaturgo; **5)** Assis Brasil; **6)** Sena Madureira.

⁴ As terras indígenas são: **1)** Kaxinawá do Rio Jordão (87.293 ha); **2)** Kaxinawá do Baixo Rio Jordão (8.726 ha); **3)** Kaxinawá do Seringal Independência (11.584 ha); **4)** Kaxinawá Ashaninka do Rio Breu (31.277 ha); **5)** Kaxinawá do Rio Humaitá (127.383 ha); **6)** Kampa do Rio Amônia (87.205 ha); **7)** Riozinho do Alto Envira (260.972 ha); **8)** Jaminawa Envira (80.618 ha); **9)** Kampa e Isolados do Rio Envira (232.795 ha); **10)** Kulina do Rio Envira (84.364 ha); **11)** Igarapé Taboca do Alto Tarauacá (287 ha) e **12)** Alto Tarauacá, com 142.619 hectares, é a única TI destinada exclusivamente para os povos indígenas em isolamento voluntário.

⁵ Parque Estadual Chandless.

⁶ Reservas territoriais do Peru: **1)** Murunahua; **2)** Mashco-Piro; **3)** Isconahua e **4)** Madre de Dios.

Os isolados e as pressões territoriais na fronteira Acre, Ucayali e Madre de Dios

Os projetos para abertura de estradas e ramais, a exploração madeireira, as invasões para caça e pesca ilegal, o narcotráfico, a entrada não autorizada de pessoas estranhas para contatar os povos isolados são algumas das preocupações das populações indígenas ao longo da região transfronteiriça entre Acre, Ucayali e Madre de Dios. Somada a isso, existe ainda a pressão de dezenas de bosques de produção permanente⁷ e de lotes destinados à prospecção e exploração de petróleo e gás, concedidos pelo governo peruano a grandes empresas petrolíferas locais e multinacionais.

De acordo com Aquino (2012), em decorrência dessas pressões, sobretudo a partir de 2006, grupos de índios isolados do território peruano foram forçados a se deslocarem para as áreas naturais protegidas do Acre, o que causou o aumento de sua presença nos rios binacionais, como o rio Envira, onde se localizam as TIs Alto Tarauacá, Kampa e Isolados do Rio Envira e Riozinho do Alto Envira, estas duas últimas habitadas pelas populações ashaninka e madijá. Este fato também se repete nas cabeceiras dos rios Jordão e Humaitá, onde se localizam, respectivamente, as TIs Kaxinawá do Rio Jordão e Kaxinawá do Rio Humaitá, ambas do povo Huni Kuĩ.

Na primeira década do presente século os casos de avistamentos, vestígios e saques praticados por esses grupos têm aumentado nas últimas aldeias dessas TIs, o que também é percebido pelos moradores brancos do entorno dessas TIs. Além disso, ocorreram confrontos armados envolvendo os diferentes grupos isolados. Esses fatores não só causaram reordenamentos territoriais, redefinição de suas áreas de uso e deslocamentos, mas também culminou no próprio contato, como o que foi registrado pelos servidores da Frente de Proteção Etnoambiental Envira, na aldeia Simpatia do povo Ashaninka, TI Kampa e Isolados do Rio Envira, em junho de 2014.

De acordo com a Frente de Proteção, os indígenas contatados conhecidos como “povo do igarapé Xinane”, por habitarem suas cabeceiras, imigraram das terras do Peru para a TI fugindo de madeireiros ilegais que estariam invadindo seus territórios, também ameaçados pela presença de narcotraficantes em busca de novas rotas pelas cabeceiras do rio Envira, no Peru, em direção ao Brasil. Mais tarde, com auxílio de interpretes Jaminawa, o grupo de recente contato confirmou que sofreram atos de violência nas cabeceiras do rio Envira.

O cenário de ameaças e pressões na região cresce gradualmente com destaque aos projetos de infraestrutura viária, propostos pelo governo peruano. A projeção de uma via interligando os municípios de Puerto Esperanza e Iñapari, desencadeada pela Estrada do Pacífico (conexão da Interoceânica Sul no lado brasileiro), foi proposta por um congressista do grupo parlamentar *Fuerza Popular* e um padre da igreja católica que morou há anos em Puerto Esperanza. O impacto dessa estrada tem amplitude regional significativa em ambos os lados da fronteira, atravessando os territórios compartilhados ou reservados para os grupos de índios isolados. A proposta foi apresentada em 2016 pelo parlamentar Carlos Turbino ao Congresso da República do Peru por meio de um projeto de lei N° 75/2016-CR⁸ que justifica sua viabilidade pela necessidade pública e de interesse nacional. Esta lei foi

⁷ De acordo com o *Sistema Nacional de Información Ambiental* (SINIA), do Ministério do Meio Ambiente do governo peruano, os *Bosques de Producción Permanente* são áreas com florestas primárias disponíveis para a exploração madeireira por empresas ou particulares, mediante resolução ministerial do *Ministerio de Agricultura*. Fonte: <<https://sinia.minam.gob.pe/mapas/mapa-bosques-produccion-permanente-2010>>, acesso em 01/05/2019.

⁸ A referida lei pode ser consultada na página do governo peruano: <<http://www2.congreso.gob.pe/Sicr/TraDocEstProc/CLProLey2016.nsf/641842f7e5d631bd052578e20058a231/192d48e521fc0154052580140079567d?OpenDocument>>, acesso em 01/05/2019.

arquivada pelo Congresso depois de dura oposição e informes de diversas instituições da sociedade civil e do Estado peruano, pois afetaria diretamente as áreas naturais protegidas (CPI-Acre, 2016).

De acordo com Appling e Salisbury (2012), essa estrada com cerca de 273 km atravessaria 36 km de Comunidades Nativas, 14 km da Reserva Comunal Alto Purús, 105 km do Parque Nacional Alto Purús, 24 km da Reserva Territorial Madre de Dios e 57 km de Concessões Florestais, além de 16 km de outras unidades territoriais. Cerca de 100 cursos d'água, entre rios e igarapés, seriam cortados pelo seu trajeto passando paralelamente aos limites internacionais, logo, próxima dos limites das TIs Cabeceira do Rio Acre e Mamoadate, da Estação Ecológica Rio Acre e do Parque Estadual Chandless, no Acre. A via não só beneficiará o escoamento ilegal da madeira mas também afetará o grupo de índios isolados, conhecidos como Mashco-Piro, que se deslocam em ambos os lados da fronteira internacional e ocupam temporariamente as florestas das cabeceiras dos rios Madre de Dios, Tahuamanu, Los Amigos e Las Piedras, além dos rios binacionais Iaco, Chandless, Envira e Juruá (Aquino, 2012, p. 5).

As lideranças dos povos Manchineri e Jaminawa, da TI Mamoadate, banhada pelo rio Iaco, vem realizando o monitoramento das pressões e dos deslocamentos desses grupos de isolados, ações estas destacadas em seu Plano de Gestão Territorial e Ambiental. Entre 2015 e 2016 a Comissão Pró-Índio do Acre (CPI-Acre) realizou oficinas para que as lideranças desta terra discutissem e refletissem de forma mais sistemática sobre a elaboração de um Plano de Monitoramento e Vigilância com ações focadas no acompanhamento dos avanços de ramais madeireiros na fronteira e no entorno de sua terra, bem como estratégias de gestão integrada buscando envolver seus vizinhos não indígenas, especialmente os moradores da Reserva Extrativista Chico Mendes, para sensibilizá-los sobre os problemas comuns que enfrentam na região.

Muitas informações foram coletadas durante as oficinas e nas atividades de monitoramento e periodicamente as lideranças Manchineri organizam excursões aos locais onde os Mashco-Piro costumam passar e observam se há ou não invasões de pessoas estranhas na TI.

Os Manchineri e Jaminawa, há tempos, observam os impactos sobre os deslocamentos dos grupos Mashco-Piro que cruzam a TI durante o verão em direção às cabeceiras do rio Chandless, nos limites do Parque Estadual Chandless com o Parque Nacional Alto Purús, no Peru. Os vestígios deixados por este grupo, vem se intensificando nos últimos anos e seus acampamentos (tapiris) encontrados nas cabeceiras do igarapé Paulo Ramos e no alto rio Chandless, indicam um número significativo de isolados se deslocando para o Chandless. Nos meses de agosto e setembro de 2017, por exemplo, os Manchineri realizaram uma expedição quando identificaram vestígios - rastros e sinais de acampamentos deixados pelos indígenas isolados. Em janeiro de 2018 (período do “inverno amazônico”) dois Manchineri, em uma caçada próxima às cabeceiras do mesmo igarapé, também registraram seus rastros: trilhas e galhos quebrados em um local em que eles consideram que os Mashco-Piro utilizam para suas caçadas (CPI-Acre, 2018).

Em 2016, por ocasião da terceira oficina de monitoramento e vigilância realizada pela CPI-Acre na TI Mamoadate, os Manchineri e Jaminawa firmaram uma aliança com as organizações indígenas peruanas convidadas - a *Organización Regional AIDESP⁹ Ucayali* (ORAU), a *Federación Nativa del Río Madre de Dios y Afluentes* (FENAMAD) e a *Plataforma de organizaciones indígenas para la protección de los*

⁹ A *Asociación Interétnica de Desarrollo de la Selva Peruana* é uma organização que compreende 109 organizações regionais descentralizadas, localizadas no norte, centro e sul da Amazônia peruana. Trabalha pela defesa e direitos de 64 povos indígenas Peru.

Pueblos Indígenas en Aislamiento Voluntario y en Contacto Inicial - objetivando fortalecer a defesa dos povos indígenas isolados e seus territórios na fronteira.

Outro caso de impacto e pressão causados por abertura de uma estrada, aconteceu no entorno da TI Kaxinawá do Rio Humaitá, que faz limite ao sul com as TIs Alto Tarauacá, Kampa e Isolados do Rio Envira e Kulina do Rio Envira. O rio Humaitá, afluente do rio Muru, banha toda a TI e suas cabeceiras se encontram na região de limites com a TI Kampa e Isolados do Rio Envira, onde habita um grupo de índios isolados, conhecidos localmente como os “brabos do Humaitá”.

A referida estrada com uma extensão de 42 km, foi concluída pelo Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, Hidrovias e Infraestrutura do Acre (DERACRE), em 2011. Ela era um antigo varadouro entre o município do Jordão e a antiga sede do seringal Novo Porto, localizado no rio Muru e relativamente próximo aos limites da TI Kaxinawá do Rio Humaitá. Ela foi aberta pela prefeitura municipal e o governo estadual sem os devidos Estudo e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA) e sem consulta às comunidades locais o que causou impactos, diretos e indiretos, nas TIs Kaxinawá do Rio Humaitá, Kaxinawá do Seringal Independência, Alto Tarauacá e seus limites, onde há a significativa presença dos índios isolados.

O povo Huni Kuĩ da TI Kaxinawá do Rio Humaitá conhece este grupo há anos e vem construindo iniciativas próprias para evitar o contato e possíveis conflitos, não só dentro da TI, mas também com os vizinhos do entorno. Desde 2009, por meio de oficinas de sensibilização e informações sobre índios isolados, realizadas pela CPI-Acre em parceria com as associações e organizações indígenas¹⁰ e a Frente de Proteção Etnoambiental Envira (Funai), as lideranças Huni Kuĩ definiram ações estratégicas para a proteção desses grupos na região. Entre as principais medidas adotadas, algumas delas já realizadas, estão: **i)** A “Casa de Monitoramento” construída com objetivo de diminuir a presença dos isolados nas aldeias, localizada próxima às cabeceiras do rio Humaitá, onde há roçados implantados e alguns utensílios deixados pelas equipes que a visitam periodicamente; **ii)** A devida capacitação e apoio para que os Huni Kuĩ realizem o monitoramento; **iii)** Realização de oficinas de sensibilização junto aos moradores do entorno do rio Muru e Iboiaçu; **iv)** Um terço da extensão da TI (cerca de 40.000 ha) destinada para uso exclusivo dos povos indígenas isolados que habitam a região das cabeceiras do rio Humaitá.

Em 2014 a problemática desta estrada foi tratada pela 6ª Câmara de Coordenação e Revisão, do Ministério Público Federal (Populações Indígenas e Comunidades Tradicionais), em Brasília. Na ocasião a procuradora Dr. Débora Duprat, da 6ª Câmara, se reuniu com as lideranças indígenas das TIs Kaxinawá do Rio Humaitá e Kaxinawá do Rio Jordão. Em Rio Branco, Acre, o Ministério Público Federal convocou os órgãos dos governos estadual e federal¹¹, juntamente com a sociedade civil para discutirem os impactos e apontar as deficiências nas ações de fiscalização e restrição de uso das áreas para os isolados. O alinhamento e as trocas de informações resultantes dessas reuniões, subsidiariam os trabalhos para elaboração do EIA-RIMA, processo que ficou paralisado até o momento.

Ao longo da fronteira do Acre com os departamentos de Madre de Dios e Ucayali, as ameaças existentes em várias escalas (sociais, políticas e econômicas) nas

¹⁰ Associação do Povo Kaxinawá do Rio Humaitá (ASPIRH), a Associação de Cultura Indígena do Rio Humaitá (ACIH) e a Organização dos Povos Indígenas do Rio Tarauacá (OPITAR).

¹¹ Órgãos federais: FUNAI, IBAMA, ICMBio, Serviço de Patrimônio da União. Órgãos estaduais: DERACRE, Instituto de Terras do Acre (ITERACRE), SEMA-AC, Assessoria Especial para Assuntos Indígenas (AEAI). Órgão Municipal: Prefeitura Municipal do Jordão. Organização da Sociedade Civil: CPI-Acre.

áreas naturais protegidas, podem se agravar ainda mais com a atual conjuntura política brasileira, marcada por retrocessos nas políticas socioambientais e indigenistas construídas há mais de 20 anos. Nesse sentido, se reforça ainda mais a necessidade das lideranças indígenas e suas comunidades trabalharem em defesa de seus territórios e dos povos indígenas em isolamento voluntário. São visíveis e desafiadoras as iniciativas de caráter socioambiental destes povos quando se observa as preocupações e os cuidados, somados às suas articulações junto aos parceiros indígenas peruanos e suas organizações, para fortalecerem as políticas de proteção dos povos indígenas isolados junto aos órgãos responsáveis e a sociedade civil.

Autores:

José Frankneile de Melo Silva – Setor de Geoprocessamento/CPI-Acre

Maria Luiza Penedo Ochoa – Programa de Políticas Públicas e Articulação Regional/CPI-Acre

Referências:

ACRE. Governo do Estado do Acre. Programa Estadual de Zoneamento Ecológico-Econômico do Estado do Acre. **Zoneamento Ecológico-Econômico do Acre Fase II: documento Síntese – Escala 1:250.000**. Rio Branco: SEMA, 2006. 354p.

APPLING, George; SALISBURY, David S. Analysis of the Socio-Environmental Impacts of Amazonian Roads: the Puerto Esperanza to Iñapari Road in Peru. In: **Poster to be presented at SouthEastern Division of the Association of American Geographers Annual Meeting**. 2012.

AQUINO, Terri. (2012) **Relatório preliminar sobre a presença de povos indígenas isolados nos altos rios Humaitá, Iboiaçu, Muru, Tarauacá, Jordão e Envira**. [abril de 2012].

COMISSÃO PRÓ-ÍNDIO DO ACRE; ASSOCIAÇÃO DO MOVIMENTO DOS AGENTES AGROFLORESTAIS INDÍGENAS DO ACRE; ORGANIZAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS DO ACRE. **A situação dos direitos humanos dos povos indígenas na fronteira Acre-Peru. Submissão Conjunta para o terceiro ciclo de avaliação do Brasil no Mecanismo de Revisão Periódica Universal do Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU)**. Rio Branco: CPI-Acre, 2016. 48 p.

DI DEUS, Eduardo. (2009). **I Oficina de Informação e Sensibilização sobre Povos Indígenas Isolados, Terra Indígena Kaxinawá do Rio Humaitá**. Comissão Pró-Índio do Acre, Rio Branco.

Declaração da Terra Indígena Mamoadate. 2016. Rio Branco, Acre. Comissão Pró-Índio do Acre. Disponível em <http://cpiacre.org.br/wp-content/uploads/2016/10/Declara%C3%A7%C3%A3o-TI-Mamoadate-.pdf>, acesso em 30/04/2019.

IBC – *Sistema de Información sobre Comunidades Nativas (SICNA), em convenio com organizaciones indígenas y com la colaboración de ACPC, AIDSESP-CIPTA, CEDIA, GEF/PNUD, GOREL y PETT-Loreto. Febrero 2009 Lima, Perú.*

SILVA, José Frankneile de Melo. (2016). **Oficina de Monitoramento e Vigilância da Terra Indígena Mamoadate**. Comissão Pró-Índio do Acre, Rio Branco.